

Da Amazônia entendemos nós

Jonas Pinheiro

14 SET 1991

Apesar de ainda caminhar no Terceiro Mundo, nós, brasileiros, legítimos representantes da Amazônia, abominamos qualquer insinuação que venha, ao menos de longe que seja, ferir a nossa soberania. E dentro desse princípio não aceitamos a ação esboçada por senadores norte-americanos que, num bem articulado movimento internacional, tentam intimidar o Governo brasileiro, com ameaça de obstar novos empréstimos de organismos financeiros internacionais ao nosso País, atrelando os financiamentos à execução de programas na Região Amazônica, ditados por eles.

Não aceitamos e não aceitaremos jamais.

Por isso não é difícil imaginar o que farão no Rio de Janeiro, em 1992, os grupos internacionais de pressão, que desejam ver a Amazônia coberta por redoma de vidro, como, aliás, sonha o nosso secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger.

É evidente que não estamos de acordo com essa política de preservação de nossa floresta tropical. Mesmo porque em nenhum país do mundo ocorreu isolar uma área correspondente a dois terços do território nacional em nome da defesa do que se convencionou chamar o filtro do mundo.

Esquecem-se o Sr. Lutzenberg e seus acólitos internacionais que naquela imensa área vivem 17 milhões de pessoas, que representam gerações e gerações de brasileiros que se deslocaram para a floresta desde o início do século. Olvidam-se, também, de que aqueles colonizadores não eram grupos organizados de religiosos ou, simplesmente, colonos brancos arrebanhados pela propaganda da ocupação do oeste a fim de abrir caminho para as ferrovias e empresas mineradoras, como ocorreu quando da conquista do oeste norte-americano.

A maioria dos brasileiros que se deslocaram para a Amazônia era composta de nordestinos humildes que, inclusive, atendiam a apelos do Governo Federal para participarem da histórica batalha da borracha. Os sobreviventes continuaram na floresta, constituíram família, mesclaram-se com os índios e hoje ostentam o biotipo amazônico.

A Amazônia continua a ser uma área de atração para a gente desassistida, e não só dos estados nordestinos. Diga-se, de passagem, que os nordestinos já não têm espaço em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades

do Sudeste para cuja prosperidade contribuíram as levas de migrantes que se deslocavam nos chamados paus-de-arara ou até mesmo a pé.

Pode-se apostar, sem risco de erro, que a grande maioria dos dois milhões de desempregados que vegetam hoje em São Paulo é constituída de nordestinos que para ali acorreram a fim de trabalhar na construção civil, na indústria, nos laranjais e canaviais, como fizeram seus predecessores nas plantações de café.

A falta de perspectiva de curto e médio prazos na recuperação econômica do País, com suas repercussões nos centros mas desenvolvidos do Sudeste, só deixa uma alternativa para a mão-de-obra desqualificada dos estados nordestinos: a Amazônia.

Não tenho o propósito de defender a ocupação desordenada e a utilização predatória dos recursos naturais da maior floresta do mundo. Seria lamentável equívoco entender o meu artigo por essa linha de pensamento. O que pretendo — e estou convicto de que com a mesma idéia comungam expressivas lideranças do País — é chamar a atenção para a necessidade de adotarmos políticas condizentes com as preocupações ambientais do mundo sem nos deixarmos envolver por modismos e pressões irracionais, que resultariam na condenação dos amazônidas à miséria permanente.

As diretrizes políticas de um programa de desenvolvimento sustentável daquela imensa região não podem ser concebidas em gabinetes, quer de Brasília, quer de Nova Iorque ou Tóquio, enfim, gabinetes distantes do conhecimento da realidade do nosso trópico úmido.

Temos que nos mobilizar agora para participarmos como representantes dos povos da nossa região na Eco-92.

É hora de aproveitar a privilegiada platéia formada por 60 chefes de Estado e mais de 20 mil participantes vindos de 170 países para derrubar mitos e impor nova óptica na análise do problema.

A ECO-92 é a oportunidade de libertar a região das falácias que a perseguem e das algemas que a aprisionam.

“As opiniões falsas — dizia Joseph de Maistre há mais de 150 anos — se parecem com a moeda falsa, que é primeiro cunhada por grandes criminosos, e depois gasta por pessoas honestas que perpetuam o crime sem saber o que estão fazendo.”

Opiniões falsas, que antes circula-

vam entre ambientalistas românticos e meio quixotescos, foram abraçadas por famosos ecologistas e renomadas associações de proteção à natureza. Assim, três moedas falsas, emitidas por falsos cientistas, obtiveram livre trânsito entre pessoas honestas que as passam e repassam sem qualquer questionamento. A primeira diz que a Amazônia é o pulmão, ou antes, o filtro do mundo. A segunda alardeia que o desmatamento da floresta é responsável pelo buraco na camada de ozônio. A última afirma a falta de vocação daquela imensa parcela do território para qualquer atividade econômica.

A hora é agora. Aproveitemos esse fórum privilegiado não só para derrubar os mitos, mas também — e sobretudo — para dizer o que pensamos de um desenvolvimento ordenado da Amazônia, sem agressões ao meio ambiente e às populações nativas.

Preservação não pode ser confundida com intangibilidade, mas com planejamento, pesquisa e tecnologia. Impõe-se explorar as diferentes vocações — agricultura, silvicultura, mineração, pecuária, extrativismo, pesca — respeitando a biodiversidade desta que Euclides da Cunha apelidou “a última página do Gênesis”.

Longe de mim arvorar-me em oráculo de desenvolvimento que estou a defender. Acredito, porém, ser possível construir um modelo sustentável, que não reproduza equívocos. A Amazônia precisa de uma estratégia de ocupação, de um projeto de zoneamento econômico-ecológico que não esqueça de que, por trás de qualquer programa, está o homem.

Para concluir, transmito uma tranquilizadora mensagem aos senhores senadores americanos. Em momento algum, ocorre-nos a idéia de repetir na Amazônia a experiência do far west dos Estados Unidos. Felizmente, não temos aqui empresários ávidos por estender trilhos ferroviários pela floresta. Tampouco temos empresários dispostos a promover a conquista da Amazônia com caravanas de aventureiros protegidos por uma cavalaria disposta a massacrar tribos indígenas que tentem barrar-lhes o caminho. Não obrigamos essa vocação colonizadora que não encontrou barreira na incorporação dos novos territórios do oeste norte-americano.

■ Jonas Pinheiro é senador pelo PTB do Amapá